

# Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021 e 2020	14

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---

**Grant Thornton Auditores Independentes**

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Concessionária Rota do Atlântico S.A.**  
Recife – PE

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota do Atlântico S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

### Procedimento arbitral

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações contábeis, em 25 de agosto de 2017, a Companhia recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerentes a Construtora Norberto Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial e a Construtora OAS S.A. – Em Recuperação Judicial, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis do complexo viário e logístico de Suape – *Expressway*, firmado pelas partes em 29 de julho de 2011. Seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, em 11 de setembro de 2017 a Companhia apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral acima referido. Desde então, outras medidas foram ajuizadas referente à citada discussão. Em 1º de dezembro de 2020, foi proferida sentença arbitral parcial, onde o Tribunal Arbitral julgou parcialmente procedente os pedidos de ambas as partes. Em 16 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou pedido de esclarecimentos, apontando inúmeros vícios na apreciação da matéria pelo Tribunal Arbitral que, em 05 de janeiro de 2021, determinou a manifestação das requerentes a respeito até 20 de janeiro de 2021, o que foi por elas cumprido, em 10 de janeiro de 2022 o Tribunal Arbitral o prazo de 11 de março de 2022 para que as partes submetam as alegações finais. Até a presente data aguarda-se decisão a respeito do pedido de esclarecimentos feitos pela Companhia. Os assessores legais da Companhia avaliaram a probabilidade de êxito da Companhia como possível, porém em razão do estágio atual do processo de arbitragem, não têm condições de estimar o valor de eventuais indenizações dos pedidos das requerentes.

De acordo com o contrato de compra e venda da Companhia pelo Grupo Monte Rodovias, celebrado em 07 de fevereiro de 2020 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: **(i)** em caso de decisão desfavorável à Companhia, os vendedores têm a obrigação de indenizar a Companhia em relação a quaisquer perdas decorrentes destes procedimentos de arbitragem. Tal indenização é **(i)** sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias; e **(ii)** em caso de decisão favorável à Companhia, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela Companhia. Destaca-se que eventuais perdas com arbitragens, de acordo com o contrato de concessão, são passíveis de reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Companhia. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

## Outros assuntos

### Demonstração do Valor Adicionado (DVA) – Informação suplementar

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital aberto e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de companhia, foram submetidas aos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre e eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022



Edinilson Attizani  
CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

# CONCESSIONÁRIA ROTA DO ATLÂNTICO S.A. - CRA

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	73.518	14.668
Contas a receber	7	3.448	2.489
Tributos a recuperar	13.a	73	170
Adiantamentos	-	384	717
Outros ativos	-	-	26
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>77.423</u>	<u>18.069</u>
<b>Ativo não circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	30.737	31.157
Outros ativos	-	41	20
Imobilizado	-	211	119
Intangível	8	220.643	227.540
Direito de uso	10	440	1.356
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>252.072</u>	<u>260.193</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>329.495</u>	<u>278.262</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# CONCESSIONÁRIA ROTA DO ATLÂNTICO S.A. - CRA

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Passivo circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	-	-	13.275
Fornecedores	-	2.512	2.635
Obrigações sociais e trabalhistas	-	1.299	1.234
Impostos, taxas e contribuições sociais	13.b	927	633
Arrendamentos	10	468	20
Partes relacionadas	19	-	56
Outros passivos		591	40
<b>Total do passivo circulante</b>		<u>5.797</u>	<u>17.893</u>
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	-	-	95.718
Debêntures	9	152.029	-
Arrendamentos	10	54	1.411
Provisão de conserva especial	11	2.833	1.677
Partes relacionadas	19	99.029	98.409
<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>253.945</u>	<u>197.215</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	14	126.756	126.756
Prejuízos acumulados		(57.003)	(63.602)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>69.753</u>	<u>63.154</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>329.495</u>	<u>278.262</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



# CONCESSIONÁRIA ROTA DO ATLÂNTICO S.A. - CRA

## Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita líquida de serviços	15	59.044	49.674
Receita de construção	15	1.966	1.888
<b>Receita líquida</b>		61.010	51.562
Custo dos serviços prestados	16	(31.128)	(30.397)
Custo de construção	16	(1.947)	(1.869)
<b>Lucro bruto</b>		27.935	19.296
Gerais e administrativas	17	(8.646)	(7.113)
<b>Lucro operacional</b>		19.289	12.183
Receitas financeiras	18	733	372
Despesas financeiras	18	(12.075)	(13.004)
<b>Resultado antes do Imposto de renda e da contribuição social</b>		7.947	(449)
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(927)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(421)	6.512
<b>Lucro líquido do exercício</b>		6.599	6.063

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# CONCESSIONÁRIA ROTA DO ATLÂNTICO S.A. - CRA

## Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	6.599	6.063
Total do resultado abrangente do exercício e período	<u>6.599</u>	<u>6.063</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# CONCESSIONÁRIA ROTA DO ATLÂNTICO S.A. - CRA

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>14</b>	<b>126.756</b>	-	<b>(69.665)</b>	<b>57.091</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.063	6.063
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>14</b>	<b>126.756</b>	-	<b>(63.602)</b>	<b>63.154</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	1.414	5.185	6.599
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>14</b>	<b>126.756</b>	<b>1.414</b>	<b>(58.417)</b>	<b>69.753</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# CONCESSIONÁRIA ROTA DO ATLÂNTICO S.A. - CRA

## Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social		7.947	(448)
<b>Ajustes para reconciliação do lucro do exercício e período das operações continuadas</b>			
Margem de construção	-	(19)	(19)
Depreciação e amortização	8	10.285	9.652
Juros e variações monetárias, líquidas	-	10.096	8.895
Juros de mútuos passivos	-	1.620	3.431
Juros sobre arrendamento mercantil	10	96	113
Provisão para conserva especial	11	1.647	1.611
Baixa do imobilizado e intangível	8	51	-
<b>Lucro) ajustado das operações</b>		<b>31.723</b>	<b>23.235</b>
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>			
Contas a receber	7	(959)	452
Tributos a recuperar	13	518	5
Adiantamentos	-	333	177
Outros ativos	-	5	-
Fornecedores	-	(179)	(427)
Obrigações tributárias	13	(2.675)	138
Obrigações sociais e trabalhistas	-	65	205
Partes relacionadas	19	564	(28)
Provisão para conserva especial	11	(491)	(1.438)
Arrendamento mercantil	10	150	438
Outros passivos	-	551	2
Juros pagos	-	(10.450)	(4.474)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>19.155</b>	<b>18.285</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aplicação financeira	-	5.328	144
Adições ao intangível	8	(2.419)	(1.787)
Adições líquidas ao imobilizado	-	(120)	(43)
<b>Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimentos</b>		<b>2.789</b>	<b>(1.686)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	(113.968)	(5.679)
Baixas de arrendamento	10	(1.155)	(1.354)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	9	152.029	-
<b>Caixa líquido proveniente (consumido) das atividades de financiamentos</b>		<b>36.906</b>	<b>(7.033)</b>
<b>Aumento de caixa e equivalente de caixa</b>		<b>58.850</b>	<b>9.565</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa no início do exercício</b>		<b>14.668</b>	<b>5.103</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa no final do exercício</b>		<b>73.518</b>	<b>14.668</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# CONCESSIONÁRIA ROTA DO ATLÂNTICO S.A. - CRA

## Demonstrações do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Receitas</b>		
Receita de serviços	64.628	54.372
Receita de construção ICPC 01-R1	1.966	1.888
Perda efetiva do contas a receber	(12)	(14)
	<u>66.582</u>	<u>56.246</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Materiais, energia e outros	(15.566)	(14.907)
Custo de construção ICPC 01-R1	(1.947)	(1.870)
Serviços de terceiros e outros operacionais	(567)	(574)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>48.502</u>	<u>(38.895)</u>
Depreciação e amortização	(10.285)	(9.652)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<u>38.217</u>	<u>29.243</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	769	372
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u>38.986</u>	<u>29.615</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>	11.232	10.525
Remuneração direta	7.344	7.232
Benefícios	3.400	2.914
FGTS	488	379
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	8.906	(108)
Federais	5.634	(2.816)
Estaduais	38	33
Municipais	3.235	2.675
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	12.248	13.135
Juros	10.203	8.901
Aluguéis	136	131
Outras	1.909	4.103
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	6.599	6.063
Lucro do exercício	6.599	6.063
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<u>38.986</u>	<u>29.615</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“CRA” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações fechada, com sede no Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, e foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 18 de julho de 2011, com o Poder Concedente - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros “SUAPE” (Governo do Estado de Pernambuco).

A extensão concedida é de 44 km e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral Sul do estado de Pernambuco.

Em 11 de setembro de 2020, a INVEPAR e a Odebrecht Rodovias S.A assinaram o contrato de Compra e Venda de ações para a venda de 50% de participação cada na Companhia. Em 30 de abril de 2021, todas as condições precedentes foram cumpridas e a operação de venda foi concluída com a transferência dos controles acionários para a Verona Holding e Participações Societárias S.A. (“Verona”). A Verona é controlada direta da Monte Rodovias S.A. (“Monte Rodovias”).

### 1.1. Procedimento arbitral envolvendo a Companhia

Em 25 de agosto de 2017, a CRA foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pelo Consórcio Expressway, formado pelas construtoras CNO e OAS (Requerentes). Atualmente o processo encontra-se na fase de liquidação de sentença. De acordo com o contrato de compra e venda da CRA, celebrado em 07 de fevereiro de 2020 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: (i) em caso de decisão desfavorável à CRA, aos vendedores têm a obrigação de indenizar a CRA em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem. Tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias, sem limitação de valor e prazo; e (ii) em caso de decisão favorável à CRA, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CRA. Considerando que concessionária optou por não ajuizar a ação anulatória e, que agora não cabe mais discussão sobre o mérito, a probabilidade de perda é provável em relação aos pedidos formulados pelo CEW. Por fim, é importante ressaltar que as eventuais perdas com o Procedimento Arbitral, ao término da liquidação da sentença arbitral, poderão ter lastro no contrato de contrato de concessão, sendo passíveis de reequilíbrios econômico-financeiro em favor das concessionárias. Em 10 de janeiro de 2022 o Tribunal Arbitral estabeleceu o prazo de 11 de março de 2022 para que as partes submetam as alegações finais.

## 1.2. Principais medidas e impactos decorrentes da pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19)

Em 30 de janeiro de 2020, houve o anúncio pela Organização Mundial da Saúde (OMS), de que o surto da Covid-19, doença respiratória aguda causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), era uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. No Brasil, o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, reconheceu o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia da Covid-19, ao mesmo tempo em que houve o anúncio da OMS, em 11 de março, classificando a doença como uma pandemia.

Com a paralisação de vários setores produtivos e a fragilidade da economia mundial, causadas pela Covid-19, ocasionadas pela implementação de medidas mitigatórias no âmbito Federal, Estadual e Municipal, tais como decretação de quarentenas, limitação de locomoção, suspensão de eventos, suspensão das atividades escolares e cessação de atividades culturais, a Companhia, considerando que a pandemia ainda está em evolução, tem expectativa de tendência de redução na sua receita de pedágios, devido à queda no volume de tráfego das rodovias.

Com a finalidade de evitar contaminação de colaboradores diretos e indiretos no ambiente de trabalho e atendendo aos cuidados determinados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), foi feita a adequação das atividades desempenhadas pelos integrantes das áreas administrativas, que passaram a executar suas atividades em casa (“home office”) e, para as atividades desempenhadas nas áreas operacionais e nas áreas administrativas onde não for possível estabelecer o home office, estamos fazendo avaliações constantes de cenários, destacando-se: **(i)** a liberação imediata de pessoas no grupo de risco, estagiários e aprendizes; **(ii)** a adoção de regime de trabalho flexível para grupos estratégicos; **(iii)** a disponibilização de recursos em todos os pontos de trabalho; **(iv)** o reforço e aumento da frequência da rotina de higienização/limpeza em todos os pontos de trabalho; **(v)** o escalonamento de horários para utilização de refeitórios; **(vii)** a comunicação constante com orientações e dicas de prevenção e outras informações sobre a Covid-19.

Quanto aos usuários, além da colocação de mensagens de apoio e orientação em painéis ao longo das rodovias, foram implementados pontos de apoio aos usuários, visando, dentre outras ações, aferição de temperatura corporal, higienização das cabines dos caminhões, orientações de prevenção, distribuição de kits com álcool gel, luvas, máscaras e produtos de higiene.

A Administração permanece em contínua avaliação de medidas adicionais que possam ser implementadas a fim de assegurar o caixa necessário para manutenção de suas operações.

## 2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas abaixo.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$).

## 2.1. Base de preparação

### **Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R2)- Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como o valor em uso no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2022.

### **Continuidade operacional**

A administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

## 2.2. Arrendamento

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia usa sua taxa incremental de captação.



As taxas incrementais de captação dependem do prazo, moeda e data de início do arrendamento e é determinada com base em uma série de dados que incluem: a taxa livre de riscos com base nas taxas de títulos do governo; no ajuste do risco específico do país; no ajuste do risco de crédito com base nos rendimentos do título; e no ajuste específico da entidade quando o perfil de risco da entidade que participa do arrendamento é diferente do perfil de risco da Companhia.

Os ativos de direito de uso são amortizados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada no balanço patrimonial.

### 2.3. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Tem a finalidade de evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras para as normas do IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis, seguindo as disposições contidas no CPC 09 – “Demonstração valor adicionado”.

### 2.4. Lucro por ação

O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, a menos que esses ajustes não sejam diluidores.

### 2.5. Segmentos operacionais

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. As receitas são provenientes da cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

### 2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor (Nota Explicativa nº 6).

### 2.7. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Os registros do contas a receber são realizados pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 60 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída Provisão Esperada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD”).

## 2.8. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas por prêmios de seguros a apropriar avaliadas ao custo, líquidas das apropriações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro e custo de captação de financiamentos ainda não liberados.

## 2.9. Partes relacionadas

O saldo de mútuo foi registrado, inicialmente, a valor justo, e mensurado, subsequentemente, ao custo amortizado, com prazo de realização superior a 12 (doze) meses e, conseqüentemente, classificado no ativo não circulante (Nota Explicativa nº 19).

## 2.10. Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. Se o prazo de realização é equivalente a um ano ou menos os demais ativos são classificados no ativo circulante, do contrário estão apresentados no ativo não circulante.

## 2.11. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada período/ exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

## 2.12. Intangível

### 2.12.1. Ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão

Os ativos intangíveis construídos em decorrência dos contratos de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, item 17, relativo à estimativa do valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito aos pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas, e poderá vir a afetar os saldos registrados.

A vida útil estimada dos ativos remanescentes também exige pressupostos e estimativas, onde alterações nas circunstâncias futuras, poderiam afetar a vida útil remanescente dos ativos intangíveis e podem ter um impacto significativo nos resultados de operações futuras (Nota Explicativa nº 8).

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando estiver disponível para ser utilizado nas operações. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado de forma linear ao período da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Os juros referentes aos financiamentos, que são diretamente atribuíveis a construção, são capitalizados como parte do ativo intangível, líquido dos fundos restritos, conforme CPC 20 (R1) – “Custos de empréstimos”.

### 2.13. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

### 2.14. Outros passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

### 2.15. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A despesa do imposto de renda e da contribuição social do exercício compreende os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis e são determinados usando alíquotas de imposto (base a legislação fiscal) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Companhia constitui imposto de renda e contribuição social como ativos diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, uma vez que, possui evidências para comprovar que a Companhia apresentará lucro tributável suficiente para compensação futura dos prejuízos fiscais não utilizados.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

## 2.16. Capital social

As ações ordinárias da Companhia são classificadas no patrimônio líquido (Nota Explicativa nº 14).

## 2.17. Reconhecimento da receita

A companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as suas atividades e se baseiam suas estimativas levando em consideração as especificações da prestação de serviço.

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos usuários e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

### (i) Receita de contratos de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com os itens 13 e 14 da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – “Contratos de concessão”, segundo o método de custo acrescido de margem.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo acrescido da margem. A receita é reconhecida pela margem anual de 1% sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

## 2.18. Normas novas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022, conforme segue:

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º. de janeiro de 2022.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) - A partir de 1º. de janeiro de 2022.
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3) - A partir de 1º. de janeiro de 2022.
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) - A partir de 1º. de janeiro de 2023.
- IFRS 17 Contratos de Seguros - A partir de 1º. de janeiro de 2023.

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

## 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas.

As principais estimativas e julgamentos utilizados pela Administração estão relacionados a seguir:

**a) Provisão para perda no valor recuperável de ativos (“*Impairment*”)**

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que um ativo ou a Companhia de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado se houver uma evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele(s) evento(s) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados da Companhia de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados.

Anualmente, a Companhia testa eventual *impairment* de seus ativos não financeiros. Os valores recuperáveis dos ativos não financeiros foram determinados com base em premissas derivadas de condições de mercado existentes na data do balanço para ativos não circulantes mantidos para negociação e no cálculo do valor justo por meio do resultado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram identificadas pela Administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* dos ativos não financeiros.

**b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, entretanto, sofrer alterações. As informações sobre o imposto de renda e contribuição social diferidos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 12.

**c) Reconhecimento de margem da receita de construção**

Na apuração do valor justo da margem da receita de construção, cujo valor é de 1%, a Companhia utiliza o custo total incorrido, mais uma margem de lucro, quando aplicável, com base nos custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

**d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis**

A amortização do ativo intangível reflete a estimativa de quando os benefícios econômicos futuros dos ativos sejam consumidos ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Caso não seja possível estimar os benefícios econômicos futuros, a amortização é feita de forma linear.

O efeito da amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão é reconhecido linearmente, pelo prazo da concessão, em virtude da insuficiência de subsídios identificáveis as circunstâncias econômicas e operacionais de sua infraestrutura (concessão nova). A Administração reconhece que essas são as melhores estimativas para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, sendo essas estimativas também utilizadas pelas principais empresas do segmento.

**e) Provisões para passivos contingentes**

A Companhia estima e atualiza as provisões para as perdas prováveis com base no histórico de desfechos em seus processos e na taxa média de êxito, calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

## 4. Instrumentos financeiros

### 4.1. Ativos financeiros

#### **Classificação**

A Companhia classifica os ativos sob a categoria do custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos financeiros (não derivativos) são com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo não circulante, considerando o prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço.

#### **Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se comprometera a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

#### **Redução do valor recuperável de ativos financeiros**

A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro não é recuperável. Um ativo financeiro é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

### 4.2. Passivos financeiros

#### **Classificação**

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros incluem empréstimos e financiamentos e fornecedores.

#### **Reconhecimento e mensuração**

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

## 5. Gestão de risco financeiro

### 5.1. Fatores de risco financeiro

#### **a) Considerações gerais**

As atividades da Companhia a expõe aos diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco realizada pela Companhia é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os seus negócios.

#### b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e preços, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e dos ativos financeiros registrados no ativo não circulante.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição de seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

#### c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

#### d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, no saldo do contas a receber no qual a Companhia fica exposta a capacidade de pagamento dos devedores, e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde fica expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, A Companhia acompanha a situação financeira dos devedores decorrentes dos direitos creditórios a receber e mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha.

## 5.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), debêntures e partes relacionadas, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira pode ser assim sumariado:

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Total dos empréstimos e financiamentos</b>	-	-	<b>108.994</b>
Debêntures	9	152.029	-
Partes relacionadas	19	99.029	98.465
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(73.518)	(14.668)
<b>Dívida líquida</b>		<b>177.540</b>	<b>192.791</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>69.753</b>	<b>63.154</b>
<b>Total do capital próprio e de terceiros</b>		<b>247.293</b>	<b>255.945</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>		355%	405%%

### 5.3. Instrumentos financeiros por categoria

Abaixo, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros, por categoria:

		<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
		Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo amortizado
	Nota		
<b>Ativos, conforme balanço patrimonial</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	73.518	14.668
Fundos restritos	-	-	5.328
Contas a receber	7	3.448	2.489
Outros ativos	-	425	-
<b>Total</b>		<b>77.391</b>	<b>22.485</b>
<b>Passivos, conforme o balanço patrimonial</b>			
Empréstimos e financiamentos	-	-	114.321
Debêntures	9	152.029	-
Fornecedores	-	2.512	2.635
Arrendamentos	10	522	1.431
Partes relacionadas	19	99.029	98.465
Outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	3.423	-
<b>Total</b>		<b>257.515</b>	<b>216.852</b>

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado se aproximam do valor de mercado.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	5.234	1.574
Aplicações financeiras (a)	68.284	13.094
<b>Total</b>	<b>73.518</b>	<b>14.668</b>

(a) As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins, remuneradas a taxa entre 98% e 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O saldo em 31 de dezembro de 2021, contempla recursos financeiros decorrentes da captação de debentures (Nota Explicativa nº 9).

A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor com disponibilidade de resgate a qualquer momento.

### 7. Contas a receber

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Meios de pagamentos eletrônicos	2.537	2.134
Vale pedágio	141	72
Receitas acessórias	770	283
<b>Total</b>	<b>3.448</b>	<b>2.489</b>



As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

## 8. Intangível

	31/12/2021			31/12/2020	
	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Baixas</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
<b>Intangível em infraestrutura</b>					
Direito de concessão de serviços públicos	275.420	(65.827)	-	209.593	217.583
Hardware e equipamentos de pedágio	8.764	(4.690)	-	4.074	4.385
Desapropriações	62	(15)	-	47	49
Máquinas e equipamentos	3.290	(1.579)	-	1.711	1.745
Móveis e utensílios	498	(305)	-	193	216
Obras em andamento	2.863	-	-	2.863	1.318
<b>Total Intangível em infraestrutura</b>	<b>290.897</b>	<b>(72.416)</b>	<b>-</b>	<b>218.481</b>	<b>225.296</b>
<b>Outros intangíveis</b>					
Softwares adquiridos de terceiros	2.454	(658)	-	1.796	1.827
Adiantamento a fornecedores e outros	417	-	(51)	366	417
<b>Total outros intangíveis</b>	<b>2.871</b>	<b>(658)</b>	<b>(51)</b>	<b>2.162</b>	<b>227.540</b>
<b>Total intangível</b>	<b>293.768</b>	<b>(73.074)</b>	<b>(51)</b>	<b>220.643</b>	

### Contrato de concessão - infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível acrescido da margem de construção (1%) e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

#### Movimentação

	31/12/2021
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>227.540</b>
(+) Adições	1.914
(-) Amortizações	(8.811)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>220.643</b>

## 9. Debêntures

	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures - IPCA	2036	R\$	IPCA + 7,17% a.a.	152.029	-
<b>Total</b>				152.029	-
<b>Passivo não circulante</b>				<b>152.029</b>	<b>-</b>

Em 15 de dezembro de 2021, a Companhia emitiu 160.000 (cento e sessenta mil) debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais). As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,17%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 24 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures foram destinados pela Emissora **(a)** implantação e exploração de novos acessos viários, além de modernização e requalificação da infraestrutura existente, e **(b)** reembolso dos investimentos realizados previamente na concessão, e **(c)** reembolso e pré-pagamento do financiamento concedido pelo BNDES nos termos do “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 13.2.1434.1. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são **(i)** o penhor das ações de emissão da Companhia, em titularidade da Verona Holding e Participações Societárias S.A. e **(ii)** cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes da Concessão de titularidade da Companhia e **(iii)** cessão fiduciária dos direitos creditórios e relacionados a quaisquer contratos e apólices de seguros de titularidade da Companhia e **(iv)** conta vinculada na qual deverão transitar os recursos decorrentes da cobrança da tarifa de pedágio.

### Cláusula restritivas (“covenants”)

A escritura das debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”) que preveem a manutenção de índice financeiro pré-estabelecido, apurados com base nas demonstrações financeiras. O não cumprimento futuro desta cláusula restritiva pode exigir que a Companhia tenha o vencimento antecipado das Debêntures.

O índice financeiro medido anualmente pela Companhia é o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), ainda não válido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 por estar ainda em período de carência, não havendo no período o pagamento de juros nem amortização do principal.

Movimentação	31/12/2021	31/12/2020
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	-	-
(+) Captação	160.000	-
(+) Juros incorridos	-	-
(-) Juros pagos	-	-
(-) Amortizações	-	-
(-) Custos da transação	(7.971)	-
(+/-) Transferências	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>152.029</b>	<b>-</b>
<b>Prazos de vencimento</b>	<b>31/12/2021</b>	
2023		800
2024		1.600
2025		3.200
2026 em diante		154.400
<b>Total</b>		<b>160.000</b>

## 10. Direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia avaliou e identificou contratos com componentes de arrendamento, que está dentro do escopo de aplicação do CPC 06 (R2).

O reconhecimento inicial considerou taxas de juros anuais obtidas utilizando como critério taxas médias de captação de 7,15% a.a.

Os principais contratos de arrendamento referem-se a Guinchos, Varredeira, Pipa, Ambulância e Veículos Operacionais e Administrativos.

<b>Direito de uso</b>		
<b>Movimentação</b>	<u>31/12/2021</u>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>1.356</b>
(+) Adições		529
(-) Amortizações		(1.445)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>440</b>
<b>Passivo de arrendamento</b>		
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo circulante	468	20
Passivo não circulante	54	1.411
<b>Total</b>	<b>522</b>	<b>1.431</b>

<b>Movimentação</b>		
	<u>31/12/2021</u>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>1.431</b>
(+) Adições		234
(+) Apropriação de juros		12
(-) Baixas		(1.155)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>522</b>

## 11. Provisão para conserva especial

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta um saldo de R\$ 2.833 (R\$ 1.677 em 31 de dezembro de 2020) no passivo circulante referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura, relativo aos investimentos previstos no contrato de concessão para o período em que se faz necessário a aplicação de tais manutenções para cada um dos trechos, descontados a valor presente, com taxas de 10,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 35 anos.

## 12. Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos

Em 31 de dezembro de 202 e 20201, a Companhia apresentava os seguintes saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	29.983	31.014
Margem de construção e outras diferenças temporárias	754	143
<b>Ativo + Passivo diferidos líquidos</b>	<b>30.737</b>	<b>31.157</b>

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa conforme o quadro abaixo:

Período	
2022	537
2023	515
2024	293
2025	747
2026 em diante	27.891
<b>Total</b>	<b>29.983</b>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	7.947	(449)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(2.702)	152
Adições/exclusões permanentes	(125)	(86)
Subvenções do lucro da exploração (i)	1.414	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	-	6.446
Outros	65	-
<b>Total dos impostos no resultado</b>	<b>(1.348)</b>	<b>6.512</b>
Impostos correntes	(927)	-
Impostos diferidos	(421)	6.512
<b>Total dos impostos no resultado</b>	<b>(1.348)</b>	<b>6.512</b>

- (i) Essa subvenção é um incentivo fiscal da SUDENE aprovado em janeiro de 2018, através do Laudo Constitutivo nº 0007/2018, com validade até 2027, no qual foi assegurado à Companhia um benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração.

### 13. Tributos a recuperar e a recolher

#### a) Tributos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
Antecipação do imposto de renda e contribuição social (i)	-	153
IRRF e CSRF	37	-
INSS	36	17
<b>Total dos tributos a recuperar</b>	<b>73</b>	<b>170</b>

- (i) Refere-se a IR retido sobre aplicações financeiras.

**b) Tributos a recolher**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto de renda e contribuição social	126	-
PIS e COFINS a recolher	432	212
ISS a recolher	257	340
ISS fonte	15	-
IRRF e CSRF	18	38
INSS sobre terceiros	79	43
<b>Total dos tributos a recolher</b>	<b>927</b>	<b>633</b>

**14. Patrimônio líquido****a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 126.756, representado por 141.438.908 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$ 126.756 em 31 de dezembro de 2020, representado por 141.438.908 ações).

<b>Acionista</b>	<b>Quantidade ações ordinárias</b>	<b>Capital social</b>	<b>Participação</b>
Verona Holding e Participações Societárias S.A.	141.438	126.756	100%

**b) Reserva de lucros – incentivos fiscais**

A reserva de incentivos fiscais corresponde ao benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração, conforme nota explicativa nº 12.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido	6.599	6.063
Reserva de incentivos fiscais	(1.414)	-
<b>Lucro atribuível aos acionistas da Companhia</b>	<b>5.185</b>	<b>6.063</b>

**c) Resultado por ação**

O lucro (prejuízo) básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	5.185	6.063
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	141.439	141.439
<b>Lucro (prejuízo) por ação - Em Reais</b>	<b>0,04</b>	<b>0,04</b>

**15. Receitas**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita de construção	1.966	1.888
Receitas de pedágio	62.839	53.058
Receitas acessórias	1.790	1.313
Impostos e contribuição sobre serviços	(5.585)	(4.697)
<b>Receita líquida</b>	<b>61.010</b>	<b>51.562</b>

## 16. Custos

	31/12/2021	31/12/2020
Custos com pessoal	(8.220)	(7.393)
Serviços de terceiros	(7.198)	(9.104)
Depreciação e amortização	(10.261)	(686)
Material, equipamentos e veículos	(1.100)	(9.626)
Provisão de conserva especial	(1.832)	(1.611)
Outros custos	(2.517)	(1.977)
Custo de construção (a)	(1.947)	(1.869)
<b>Total</b>	<b>(33.075)</b>	<b>(32.266)</b>

(a) Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e o CPC 05.

## 17. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com pessoal	(4.995)	(4.813)
Serviços de terceiros	(2.009)	(1.363)
Gastos gerais e administrativos	(1.618)	(911)
Depreciação e amortização	(24)	(26)
<b>Total</b>	<b>(8.646)</b>	<b>(7.113)</b>

## 18. Resultado financeiro, líquido

	31/12/2021	31/12/2021
Rendimentos de aplicação financeira	724	364
Outras receitas financeiras	9	8
<b>Receitas financeiras</b>	<b>733</b>	<b>372</b>
Juros de empréstimos	(10.096)	(8.894)
Juros de contrato de mútuo	(1.620)	(3.431)
Juros de contratos de arrendamento	(96)	(113)
Comissões e Despesas bancárias	(243)	(465)
Outras despesas financeiras	(20)	(101)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(12.075)</b>	<b>(13.004)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(11.342)</b>	<b>(12.632)</b>

## 19. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui saldo de R\$ 99.029 (R\$ 98.409 em 31 de dezembro de 2020) decorrentes de transações com partes relacionadas com a sua controlada direta Verona, referente a pagamento de despesas por conta e ordem a serem ressarcidas (mútuo).

(a) Em 09 de junho de 2015, a Companhia contratou mútuo no valor de R\$ 55.000, o qual foi atualizado pelo percentual de 130% do CDI. O prazo de pagamento original da operação com renovação automática e mensal até 10 de dezembro de 2015 foi alterado para 15 de janeiro de 2029, conforme 1º Aditivo celebrado em 09 de dezembro de 2015.

- (b) Em 26 de abril de 2021, por meio de Instrumento Particular de Cessão de Contrato de Mútuo, a INVEPAR e a Odebrecht Transport cederam os mútuos para M Rodovias Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, acionista da Monte Rodovias, que utilizou esse contrato para aumento do capital social da Monte Rodovias. Na mesma data, a Monte Rodovias transferiu os direitos creditórios detidos do contrato de mútuo à Verona.
- (c) Em 08 de julho de 2021, foram firmados os Termos de Acordo ao Contrato de Mútuo que alteraram a remuneração do saldo da dívida. A partir de 01 de julho de 2021, passou a ser aplicada a TR (Taxa Referencial) e não 130% (cento e trinta por cento) do CDI.

#### Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

Em 31 de dezembro 2021, a Companhia registrou o montante de R\$ 1.097 (R\$ 1.046 em 31 de dezembro de 2020), referente à remuneração dos administradores.

	31/12/2021	31/12/2020
Pró-labore	508	844
Encargos	102	171
Benefícios	488	31
<b>Total</b>	<b>1.097</b>	<b>1.046</b>

## 20. Contratos

O contrato de concessão tem prazo de 35 anos, contados a partir de novembro de 2011, mediante a cobrança de pedágios, permitindo a exploração de receitas acessórias, e consiste na implantação dos novos acessos viários e requalificação dos já existentes, modernização e implantação do sistema de sinalização, instalação de iluminação pública, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outras obras de manutenção e operação da rodovia.

Em 04 de janeiro de 2014, a Companhia iniciou suas operações nas praças de pedágio 1, 2, 3 e 4; em 24 de janeiro de 2014 iniciou suas operações da praça 5.

Foi assinado em 12 de setembro de 2017 o 2º Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme pleito de reequilíbrio protocolado pela Companhia, alterando, entre outras providências, o valor da Tarifa Básica de Pedágio em R\$ 0,054 – data base setembro de 2010, que passou a vigorar a partir de 4 de janeiro de 2018, corrigida pelo IPCA do período. Do mesmo modo, foi assinado em 28 de dezembro de 2018 o 3º Aditivo ao Contrato de Concessão, onde foram reprogramados investimentos, compensada a perda verificada com a edição da Lei nº 13.711/2018 e incluídas novas obrigações à Concessionária. Este aditivo levou a Tarifa Básica de Pedágio para R\$ 4,938 – data-base setembro de 2010, praticada a partir de 4 de janeiro de 2019.

Em 13 de outubro de 2020 foi pleiteado junto ao Poder Concedente um novo pedido de reequilíbrio econômico e financeiro, com a atualização dos eixos suspensos, postergação dos investimentos em balanças para 2022 e as perdas de receita decorrentes da pandemia da Covid-19. Suaape, através de ofício autorizou a postergação da implantação para o ano 10 da concessão (04/11/2020 – 03/11/2021) e iniciou a solicitação junto a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos de Pernambuco (Seinfra) pela retomada do grupo de trabalho, que discute a questão das balanças, por solicitação da Companhia. O pleito continua em análise junto ao Poder Concedente.

Em 29 de abril de 2021, houve a emissão do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi o reconhecimento do aperfeiçoamento do ato de anuência formalizado pelo Termo de Anuência à Transferência de Controle Societário firmado em 06 de agosto de 2020, passando o controle acionário da Companhia para a Verona Holding Participações Societárias S.A., com efeitos a partir desta data, instante em que assume todos os direitos, deveres, obrigações, responsabilidades e encargos relativos e fixados no Contrato de Concessão.

Ressaltamos que anualmente a Tarifa Básica é atualizada pelo IPCA, conforme previsto pelo Contrato de Concessão.

Extinta a concessão, o Poder Concedente assumirá a prestação dos serviços, sendo-lhes transferidos todos os bens reversíveis nos termos do Contrato de Concessão.

## 21. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia e garantia de término de obra e responsabilidade civil, relativos a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão de gás. A cobertura contratada é considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme quadro abaixo:

<b>Modalidade</b>	<b>Riscos operacionais</b>	<b>Responsabilidade civil geral</b>	<b>Responsabilidade civil - D&amp;O</b>	<b>Seguro garantia</b>
<b>Vigência</b>				
CRA	dezembro-22	dezembro-22	agosto-22	maio-22
<b>Cobertura</b>				
CRA	140.500	40.000	20.000	37.035

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

## 22. Eventos subsequentes

Em 11 de Janeiro de 2022, a Companhia realizou o pagamento parcial de mútuo (Nota Explicativa nº 19) no montante de R\$ 29.000, sendo R\$ 28.472, referente a amortização de principal, R\$ 528 referente a amortização de juros.

\* \* \*